

MARINA ALMEIDA MORAIS | WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA

PREFÁCIO: TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

INTRODUÇÃO AO
**DIREITO
ELEITORAL**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2024

Todos os direitos desta edição reservados à editora Lumen Juris
Copyright © 2024 by Marina Almeida Moraes e Wandir Allan de Oliveira
Categoria: Direito Eleitoral

Editor: João Luiz da Silva Almeida
Produção editorial: Angel Cabeza
Assistente editorial: Thiago Duarte
Designer editorial: Rebecca Ramos e Thassiel Melo
Diagramação: Rômulo Lentini
Capa: Wictor Santos
Gerente administrativo-financeiro: Carla Sampaio
Financeiro: Juliano de Oliveira
Assistente financeiro: Jefferson Badaró
Gerente comercial e logística: Arlei Rocha
Comercial e relacionamento: Cristiano Mabilia
Eventos: Arianna Pacheco
E-Commerce e atendimento: Maxwell de Souza

A editora Lumen Juris Ltda. não se responsabiliza
pelas opiniões emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeito à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M828i

Moraes, Marina Almeida

Introdução ao direito eleitoral / Marina Almeida Moraes, Wandir Allan de Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.
462 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-3116-5

1. Direito eleitoral. 2. Estado democrático de direito. 3. Inelegibilidade. 4. Propaganda eleitoral. 5. Campanha eleitoral. I. Oliveira, Wandir Allan de (autor). II. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Editora Lumen Juris
Rua Newton Prado, 43, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20930-445
Telefone: (21) 2580-7178 | atendimento@lumenjuris.com.br

Sumário

Prefácio	V
1. Democracia e Estado Democrático de Direito	1
2. O Direito Eleitoral e o Direito Público	5
3. Fontes do Direito Eleitoral	7
4. Princípios do Direito Eleitoral.....	9
4.1. Princípio democrático	9
4.2. Princípio republicano.....	12
4.3. Princípio federativo	12
4.4. Soberania popular e sufrágio universal.....	13
4.5. Legitimidade das eleições	15
4.6. Moralidade e probidade.....	16
4.7. Igualdade e isonomia.....	17
4.8. Legalidade específica em matéria eleitoral.....	18
4.9. Proporcionalidade.....	20
4.10. Duração razoável do processo e celeridade.....	20
5. Introdução aos direitos políticos	23
5.1. Privação dos direitos políticos.....	23
5.1.1. Cancelamento de naturalização.....	24
5.1.2. Incapacidade civil absoluta.....	24
5.1.3. Condenação criminal transitada em julgado.....	26

5.1.4. Recusa em cumprir obrigação a todos imposta.....	27
5.1.5. Improbidade administrativa	28
6. Conceitos e diferenciações	31
6.1. Eleitor.....	31
6.2. Voto e sufrágio	31
6.3. Eleições diretas e indiretas	32
6.4. Mandato eletivo.....	33
6.5. Candidato eleito e condição de suplente.....	34
6.6. Diplomação.....	35
7. Espécies e efeitos da extinção/cassação de mandatos	37
7.1. Cassação de diploma ou mandato por abuso de poder e validade da votação	38
7.2. Indeferimento ou cassação de registro de candidatura e validade da votação	42
7.3. Eleições suplementares	44
8. Noções de sistemas eleitorais	47
8.1. Sistemas majoritários.....	47
8.2. Representação proporcional.....	48
8.2.1. Voto único transferível	48
8.2.2. Representação proporcional de lista.....	49
8.3. Sistemas mistos	51
8.3.1. Sistema misto de superposição	51
8.3.2. Sistema misto de correção.....	52

9. Introdução ao Direito Partidário.....	53
9.1. Autonomia partidária.....	53
9.2. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos.....	55
9.3. Federações partidárias	57
9.3. Financiamento partidário e dever de prestar contas	63
10. Segurança do processo eleitoral.....	71
11. Elegibilidade	75
11.1. Condições	75
11.1.1. Nacionalidade brasileira.....	75
11.1.2. Pleno exercício dos direitos políticos	76
11.1.3. Alistamento eleitoral	77
11.1.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	77
11.1.5. Filiação partidária.....	79
11.1.6. Idade mínima	80
11.2. Militar.....	83
11.3. Momento de aferição	84
11.4. Perda de condição de elegibilidade e elegibilidade supervenientes...	85
12. Inelegibilidades	89
12.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	91
12.2. Fundamentos e Espécies.....	92
12.3. Inelegibilidades constitucionais.....	95
12.3.1. Inalistáveis e Analfabetos	97
12.3.2. Reeleição	98

12.3.3. Inelegibilidades Reflexas	99
12.3.4. Militares.....	102
12.4. Desincompatibilização.....	103
12.5. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	120
12.5.1. Alínea “a” – os inalistáveis e os analfabetos;.....	120
12.5.2. Alínea “b” - os Parlamentares Renunciantes na pendência de processo de cassação ou já Cassados	122
12.5.3. Alínea “c” - os Chefes dos Executivos Estadual, Distrital e municipal cassados por infração político-administrativa a normas de caráter constitucional.....	124
12.5.4. Alínea “d” - Condenados em Representação por abuso do poder econômico ou político.	129
12.5.5. Alínea “e” - inelegibilidade decorrente de condenação criminal	131
12.5.6. Alínea “f” - os indignos do oficialato ou com ele incompatíveis.	134
12.5.7. Alínea “g” - inelegibilidade decorrente da desaprovação de contas.	135
12.5.8. Alínea “h” detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político”	139
12.5.9. Alínea “i” inelegibilidade dos diretores, administradores ou representantes de estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro objeto de liquidação	141
12.5.10. Alínea “j”. Inelegibilidade dos condenados pelos ilícitos eleitorais típicos (corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha e conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais)	144

12.5.11. Alínea “k” Inelegibilidade dos mandatários que renunciem para evitar a cassação de seus mandatos	146
12.5.12. Alínea “l” - Inelegibilidade daqueles que foram condenados por improbidade administrativa	148
12.5.13. Alínea “m” - Inelegibilidade dos que forem excluídos do exercício da profissão em decorrência de infração ético-profissional	151
12.5.14. Alínea “n” - Inelegibilidade decorrente da fraude no desfazimento de vínculo conjugal ou de união estável	152
12.5.15. Alínea “o” - Inelegibilidade dos que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial	153
12.5.16. Alínea “p” - Inelegibilidade decorrente de doações eleitorais julgadas ilegais	154
12.5.17. Alínea “q” - Inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público aposentados compulsoriamente, excluídos da função ou pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar	156
12.3. Inelegibilidades legais relativas	159
12.3.1 Inelegibilidade por Parentesco	159
12.3.2. Aplicação Prática da Inelegibilidade Reflexa	162
5.3.2. Inelegibilidade por Reeleição	162
5.3.3. Inelegibilidade por Desincompatibilização	162
13. Registro de candidatura	165
13.1. Fases do Registro de Candidatura	165
13.2. Convenções	168

13.3. Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP)....	173
13.4. Requerimento de Registro de Candidatura (RRC).....	173
13.5. Requerimento de Registro de Candidatura Individual (RRCI) ...	174
13.6. Número de registros por Partido e reserva de vagas por gênero.....	175
13.7. Substituição de Candidaturas.....	175
14. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC.....	177
14.1. Contextualização da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	177
14.2. Detalhamento das causas de inelegibilidade previstas na legislação	178
14.2.1 A impossibilidade de participação em eleições suplementares do candidato que ocasionou a anulação do pleito ordinário.....	179
14.3 Legitimados para propor a AIRC	180
14.4. Notícia de inelegibilidade	184
14.5. Terceiros estranhos à convenção, ao partido ou a coligação	185
14.6. Indeferimento de ofício	186
14.7. Legitimidade passiva.....	188
14.9 Rito processual da AIRC	189
14.10 Tipos de provas admitidas na AIRC.....	192
14.11 Competência para julgamento da AIRC.....	195
14.12. Consequências da procedência da AIRC.....	196
14.13.A relativização do princípio da unicidade da chapa frente à estabilidade (boa-fé) provisória do deferimento do registro de candidatura em candidaturas majoritárias.	198

14.14 Apresentação de casos práticos de impugnação de registro de candidatura	201
14.15. Avaliação crítica da AIRC como instrumento de preservação da lisura do processo eleitoral.....	204
15. Pesquisas eleitorais	207
15.1. Conceitos	207
15.1.1. Pesquisa	207
15.1.2. Enquete.....	207
15.1.3. Divulgação	208
15.2. Legislação: pontos importantes das Resoluções TSE nº 23.600/2019 e 23.676/2021 e dos artigos 33 a 35 da Lei nº 9.504/97	209
15.3. Impugnações às pesquisas	211
15.4. Do crime de divulgação de pesquisa fraudulenta	211
16. Propaganda eleitoral	213
16.1. Conceito.....	213
16.2. Propaganda extemporânea (antecipada)	213
16.3. Bem de uso comum x bem público x bem particular	215
16.4. Propaganda em impressos	216
16.5. Comício, showmício e eventos de arrecadação	217
16.6. Propaganda sonora	218
16.7. Caminhadas, passeatas e carreatas	218
16.8. Brindes.....	219
16.9. Indiferentes eleitorais.....	219

16.11 Propaganda eleitoral na internet.....	221
16.12. Telemarketing e disparo em massa por aplicativos de mensagem.....	222
16.13. Representação por propaganda eleitoral irregular	222
17. Direito de Resposta	225
18. Finanças e prestação de contas partidárias	227
18.1. Constituição do Fundo Partidário.....	227
18.2. Divisão do Fundo Partidário	228
18.3. Cláusula de Desempenho	228
18.4. Fundo Partidário e políticas afirmativas.....	235
18.5. Fundo partidário e incorporação e fusão de partidos.....	237
18.6. Fundo partidário e federações partidárias.....	238
18.7. Autonomia partidária e Fundo partidário	239
18.8. Impenhorabilidade do Fundo Partidário	239
18.9. Gasto do Fundo Partidário	240
18.10. Sanções por gastos indevidos do Fundo Partidário	244
18.11. Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	244
18.12. Dever de Prestação de Contas partidárias.....	246
18.12.1. Formalização	248
18.13. Resolução-TSE nº 23.604/2019	250
18.13.1. Fontes de receitas	250
18.13.2. Contas bancárias.....	251
18.13.3. Doações	251

18.13.4. Comercialização de Produtos e Realização de Eventos...	252
18.13.5. Dos recibos de doação.....	253
18.13.6. Fontes vedadas	254
18.13.7. Dos gastos partidários	254
18.13.8. Do julgamento das contas	255
18.13.8.1. Dos recursos	255
18.13.8.2. Da Regularização das Contas Não Prestadas.....	256
19. Finanças e prestação de contas eleitorais	257
19.2. Recibos eleitorais.....	260
19.3. Abertura de conta bancária	262
19.4. Origens dos recursos	266
19.4.1. Das doações	268
19.4.2. Limites para doações e autofinanciamento.....	271
19.5. Sobras de campanha	273
19.6. Fontes Vedadas.....	274
19.8. Data-Limite para a Arrecadação e Despesas.....	276
19.9.1 Limites para contratação de pessoal.....	280
19.10. Das prestações de contas	282
19.10.1. Da elaboração e apresentação das contas.....	285
19.10.2. Da Comprovação da Arrecadação de Recursos e da Realização de Gastos	288
19.11. Prestação de contas simplificada.....	290
19.11. Da análise e julgamento das contas	292

20. Ilícitos eleitorais	297
20.1. Introdução aos Ilícitos Eleitorais	297
20.2. Do abuso de poder	300
20.3. Da fraude.....	301
20.4. Da corrupção	302
20.5. Da arrecadação e gasto ilícito de recursos de campanha.....	302
20.6. Da captação ilícita de sufrágio (“Compra de votos”).....	303
20.7. Aspectos materiais e processuais da Representação do art. 41-A.....	304
20.7.1. Caracterização	304
20.7.2. Legitimidade	304
20.7.3. Prazos	305
20.8. Aspectos materiais e processuais da Representação do art. 30-A.....	305
20.8.1. Caracterização	305
20.8.2. Legitimidade	306
20.8.3. Prazos.....	306
21. Condutas vedadas aos agentes públicos	307
21.1. Inciso “I”	307
21.2. Inciso “II”	309
21.3. Inciso “III”	309
21.4. Inciso “IV”	310
21.5. Inciso “V”	311
21.6. Inciso “VI”	312
21.7. Inciso “VII”	313

21.8. Inciso “VIII”	314
21.10. Questões processuais atinentes à representação por conduta vedada	316
21.11. Condutas vedadas e improbidade administrativa	319
22. Noções sobre abuso de poder	325
22.1. Bases propedêuticas.....	325
22.2. Figuras típicas	326
22.2.1. Abuso de poder político e de autoridade.....	327
22.2.2. Abuso de poder econômico	329
22.2.3. Abuso de poder e uso indevido de meios de comunicação social.....	331
22.3. Considerações sobre o “abuso” do poder religioso	339
22.4. Novas figuras: abuso do poder algorítmico	343
23. Noções sobre ações eleitorais	345
23.1. Ação de investigação judicial eleitoral - AIJE	345
23.1.1. Legitimidade ativa, passiva e a questão do litisconsórcio....	345
23.1.2. Prazo para ajuizamento	349
23.3.3. Competência	350
23.1.4. Citação.....	351
23.1.5. Provas e poder instrutório.....	352
23.1.6. Requisito da gravidade.....	354
23.1.7. Efeitos da procedência	356
23.1.8. Recursos	356

23.1.9. Recorribilidade diferida	360
23.1.10. Afastamento de detentores de mandato condenados em sede de AIJE.....	363
23.2. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME).....	363
23.2.1. Previsão legal e prazo para ajuizamento	363
23.2.2. Competência	366
23.2.3. Segredo de justiça	366
23.2.4. Legitimidade	366
23.2.5. Assistência	367
23.2.6. Desistência da ação	367
23.2.7. Citação e prazo para resposta	368
23.2.8. Litigância de má-fé	368
23.2.9. Litispendência	369
23.2.10. Prova	371
23.2.11. Alegações finais.....	373
23.2.12. Julgamento.....	373
23.2.13. Preclusão	374
23.2.14. Recursos.....	375
23.2.13.1. Decisão interlocutória – Recurso e mandado de segurança	375
23.3. Recurso Contra Expedição de Diploma – RCED.....	376
23.4. Ação rescisória	377

24. Direito Eleitoral, tecnologia e <i>internet</i>	381
24.1. Financiamento eleitoral	381
24.1.1. Crowdfunding, transferências eletrônicas e PIX.....	381
24.1.2. Prestação de contas: sistemas informatizados e cruzamento de dados	383
24.2. Liberdade de expressão, liberdade de informação e limites ao uso da <i>internet</i> para fins eleitorais.....	383
24.2.1. Desmonetização de plataformas.....	386
24.2.2. Remoção de conteúdo.....	388
24.3. Crimes contra a honra em ambiente virtual	389
25. Linhas sobre desinformação no processo eleitoral.....	391
26. LGPD aplicada ao Direito Eleitoral	397
26.1. Conceitos	397
26.1.1. Dados pessoais.....	397
26.1.2. Dados sensíveis	397
26.1.3. Consentimento.....	397
26.1.4. Obrigação legal.....	398
26.1.5. Legítimo interesse.....	398
26.2. Princípios	399
26.2.1. Princípio da finalidade.....	399
26.2.2. Princípio da adequação	399
26.2.3. Princípio da necessidade	399
26.3. Direitos da pessoa titular e responsabilização.....	400

26.4. LGPD em matéria eleitoral.....	401
26.4.1. Utilização de base de dados coletada previamente à vigência da LGPD.....	401
26.4.2. Cessão, doação e venda de bases de dados	401
26.4.3. Envio de mensagens eletrônicas e instantâneas.....	402
26.4.4. Impulsioneamento de conteúdo.....	402
26.4.5. Limitação de dados sobre filiados a partidos políticos	403
26.5. Atualidades sobre proteção de dados.....	404
26.5.1. Proteção aos dados pessoais como direito fundamental.....	404
26.5.2. Exclusão de dados do DivulgaCand	404
Referências.....	407
Apêndice	417
Enunciados aprovados na I Jornada de Direito Eleitoral.....	427